

## **FICHA TÉCNICA**

**Título:** A Grande Guerra e os Açores: da estratégia naval à Pneumónica

**Coordenação:** Ana Paula Pires  
Rita Nunes  
Sérgio Rezendes

**Edição:** © Letras Lavadas edições  
Ponta Delgada, outubro de 2019

**Imagem da Capa:** Augusto Cabral, *Revista Micaelense*, 1918

**Capa:** Jaime Serra | Nova Gráfica, Lda.

**Paginação:** Emanuel Rodrigues | Nova Gráfica, Lda.

**Execução Gráfica:** Nova Gráfica, Lda.

**Depósito Legal:** 461518/19

**ISBN:** 978-989-735-229-4

PUBLIÇOR - Publicações e Publicidade, Lda.  
Rua da Praia dos Santos n.º 10 - S. Roque  
9500-706 Ponta Delgada  
Telefone 296 630 080 | Fax 296 630 089  
E-mail: publicor@publicor.pt | www.publicor.pt

© Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial sem autorização expressa do autor e editor.

## Salvar a República: entre idealismos e pragmatismos os 62 dias do “governo Relvas” em 1919

JOSÉ RAIMUNDO NORAS<sup>158</sup>

A principal fonte para abordagem deste tempo resulta do que podemos chamar “diário de Governo de José Relvas”. Desde a sua edição crítica, por João Medina e Carlos Ferrão, são conhecidas do grande público as *Memórias Políticas* deste governante<sup>159</sup>. O segundo volume incluiu um relato epistolar dos 62 dias no Governo em 1919. Com base neste documento, para além da “bibliografia de referência” e das histórias de Portugal, este período já foi objeto de análise, em pelo menos três artigos científicos, em épocas diferentes.

Na I série da revista *História*, Carlos Oliveira Pinto e João Costa Rana fizeram uma abordagem do assunto “no cinquentenário da morte de José Relvas”<sup>160</sup>. Trata-se de excerto de um trabalho de maior envergadura para a disciplina de História Contemporânea (o qual, contudo, conseguimos localizar). Esses autores propuseram um breve introito biográfico de José Relvas, para depois seguirem o texto publicado nas *Memórias*. O trabalho também recorreu à imprensa periódica, cotejando a narrativa com informações dessas fontes. O artigo é mais descritivo que problematizador, fazendo alusão à ideia de “joeirar o relato das *Memórias Políticas*”. Não houve contacto com o Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP) para elaboração desse texto.

Muito mais recentemente, tanto Vítor Neto, como Vanessa Batista abordaram o tema. Vanessa Batista propôs uma mais sólida análise do discurso de José Relvas em correlação com a imprensa periódica, tendo neste caso alargado o leque de jornais consultados. Da leitura do seu texto, infere-se que não teve contacto com o artigo anterior. O objetivo de Vanessa foi claro. Consistiu em analisar criticamente o relato das *Memórias*. Não incorporou

<sup>158</sup> CH – Ulisboa/ PIUDHist, Bolseiro FCT (SFRH/BD/132222/2017).

<sup>159</sup> José Relvas, *Memórias Políticas*, prefácio de João Medina, introdução e notas de Carlos Ferrão, Lisboa: Terra Livres, 1977, 2 vols.

<sup>160</sup> Carlos Manuel Tavares de Oliveira Pinto e João Alexandre Valeiros da Costa Rana, “No cinquentenário da morte do político – O Governo de José Relvas e a restauração republicana de 1919” em *História*, Lisboa: “O Jornal”, n.º 12, outubro de 1979, pp. 44-58.

por isso outras fontes primárias<sup>161</sup>. O artigo analisa o contexto político e social que permitiu a formação do governo e a posterior derrota dos monárquicos, bem como o projeto político de José Relvas, sem esquecer o fracasso da sua implementação. Na conclusão, procura demonstrar como essa ideia deu frutos mais tarde. A historiadora elucida-nos com a formação de um bloco conservador e liberal à direita dos “democráticos”, realizado ainda em 1919, com a criação do Partido Liberal Republicano (PNL). No entanto, José Relvas já estava ausente desse processo. O seu “idealismo pragmático” desiludira-se definitivamente com os homens? De facto, vivera ameaças sobre a própria vida, às mãos de outros republicanos, nos tumultos no Ministério do Interior. Ao mesmo tempo, a situação familiar deteriorava-se, *in extremis*, com o suicídio do seu último filho, Carlos Relvas, a 14 de dezembro 1919, e um progressivo afastamento da esposa.

Vítor Neto foi responsável por um artigo biográfico sobre José Relvas, versando, essencialmente, o governo de concentração de 1919<sup>162</sup>. O historiador ribatejano radicado em Coimbra, evocou primeiro o contexto social de 1919 e a gestão militar do conflito, entre o novo governo e os revoltosos no Norte. Depois, propôs uma análise das relações do governo com os vários atores sociais, nomeadamente com os grupos de operários organizados e com os funcionários públicos, de entre outros, abordando a política de sindicâncias promovida por Relvas, após a derrota dos monárquicos. Entendendo que “a República é para os republicanos”, como a base na ideia da defesa do regime, o Ministério do Interior promoveu “saneamentos políticos”, logo em fevereiro de 1919. No entanto, ao contrário do desejado pelo Partido Democrático e por alguns setores de opinião, este processo foi realizado “de cima para baixo”, isto é, por iniciativa do Governo e não por iniciativa das comissões de trabalhadores, num saneamento “de baixo para cima”. As leis de saneamento político possibilitavam a defesa dos acusados perante uma comissão de iniciativa governamental, bem como recursos para o Supremo Tribunal Administrativo e foram antecedidas por uma lei de amnistia para funcionários perseguidos durante o regime anterior.

Vítor Neto também aborda a relação do governo com grupos republicanos ausentes da composição política escolhida, nomeadamente o grupo de Machado dos Santos. Por fim, tal como Vanessa Batista, reflete sobre a relação do Presidente do Ministério com os partidos políticos e a negociação do seu projeto de reconfiguração partidária. Este historiador considera que o “sectarismo ainda dominava” a cena política e inviabilizou o projeto de Relvas.

---

<sup>161</sup> Vanessa Batista, “O Governo de José Relvas: uma tentativa de equilíbrios no pós-guerra janeiro de 1919 março de 1919” em *A Grande Guerra (1914-1918): problemáticas e representações*, Gaspar Pereira Martin, et al. (coord.), Porto: FLUP, 2015, pp. 57-66.

<sup>162</sup> Vítor Neto, “José Relvas um político republicano” em *Revista de História das Ideias*, Coimbra: FLUC, vol. 34. 2ª Série (2016), pp. 213-238.

Fazendo um balanço do governo de dois meses, reconhece-lhe o mérito de dismantelar o regime sidonista e de derrotar definitivamente os monárquicos (nunca mais houve tentativas armadas de restauração monárquica). Ao mesmo tempo, identificou-o como o primeiro de uma série de governos muito curtos, num período de forte instabilidade que se sucedeu até ao fim da I República. Ao contrário dos artigos anteriores, Vítor Neto baseou-se quase em exclusivo na documentação inédita do AHCP.

Depois de todos estes estudos, seria ambição desmedida pretender trazer a lume uma inaudita descoberta sobre o breve governo de 62 dias presidido por Relvas. No fundo, apresentamos a mesma preocupação dos trabalhos anteriores e, sobretudo, procurar compreender o contexto e os objetivos do regresso à política de José Relvas, depois do voto de a deixar em 1915. O nosso fim foi biográfico e traduz uma interpretação resultante da síntese destas três leituras anteriores, genericamente de acordo nos seus pontos fundamentais. A nossa metodologia não diferiu da usada nestes três estudos, mas incorporamos também uma recolha exaustiva de legislação (aqui bastante resumida, por economia de texto), a qual nos outros trabalhos foi sempre referida indiretamente. Tudo o resto foi idêntico. Baseamo-nos nas fontes primárias (*Memórias* e documentos do AHCP), nos artigos de jornal, na legislação e na bibliografia.

O papel de José Relvas (1858-1929) na Revolução Republicana ficou associado à primeira proclamação do novo regime, a 5 de outubro de 1910, cena imortalizada na fotografia de Joshua Benioel. O político tinha um percurso já conhecido do grande público antes de aderir à causa republicana. José Relvas foi músico amador, bem como crítico de arte. Ao mesmo tempo, granjeou reputação de austero negociante e de viticultor audaz. Nessa capacidade envolveu-se no movimento associativo agrícola. Já no século XX, no contexto das lutas dos agrários do sul contra medidas legislativas de João Franco, as quais beneficiavam os vinhos do Douro, veio a aderir ao Partido Republicano. O ano de 1907 foi de grande contestação ao governo e de repressão da imprensa. O exemplo de Relvas incentivará os outros “agrários do sul” a abandonarem o campo monárquico<sup>163</sup>.

Conforme atesta a correspondência com o seu tio-avô, as suas simpatias republicanas, nesta altura já com 50 anos, seriam anteriores e conhecidas nos meios políticos<sup>164</sup>. Essa reputação de “aristocrata democratizado” associada à

<sup>163</sup> Para uma biografia mais desenvolvida de José Mascarenhas Relvas, vejam os trabalhos de Vanessa Sofia, (2016) “Uma Diplomacia Estratégica: José Relvas em Madrid (1911-1913)”, tese de mestrado apresentada à FLUL, Lisboa: FLUL, 2017; José Raimundo Noras, *Fotobiografia de José Relvas (1858-1929)*, Leiria: Imagens e Letras, 2009 e João Bonifácio (coord.) *José Relvas: o conspirador contemplativo*, Assembleia da República, 2008 [Catálogo].

<sup>164</sup> “Carta de Francisco António Silva Mendes (tio-avô) a José Relvas”, Viseu, s. d. (1/junho/>1894), AHCP, cx. 29, pasta 28, (PT/AHCP/FR/JMR/A/01/29/28).

modéstia e à gentileza no caráter, sem receio de defender posições “radicais”: contra os privilégios da Igreja, pelo novo sistema eleitoral e, sobretudo, por novas formas de organização económica, proporcionaram-lhe grande carisma. Ascendeu rapidamente no partido, sendo eleito para o Diretório no Congresso de Setúbal, em 1909. Proclamada a República, viria a ocupar a pasta das Finanças no Governo Provisório. Foi uma escolha motivada pela recusa de Basílio Teles, situação que esteve eventualmente na origem dos conflitos pessoais e políticos que o opuseram a Teófilo Braga, a Afonso Costa e a Bernardino Machado. Uma carta a Basílio Teles demonstra que o próprio teria interesse noutras funções<sup>165</sup>. Relvas chegou a apresentar a demissão quando no “O Mundo” se questionaram as suas intenções e competências. Porém, viria a continuar, no posto, por pressão dos pares e mediante manifestações populares de apoio<sup>166</sup>. Recusou, depois, as propostas para ser candidato presidencial do “bloco conservador” na Constituinte de 1911 e, já no governo constitucional de João Chagas, aceitaria ser embaixador em Madrid.

Recentemente, foi estudada com detalhe por Vanessa Batista a sua difícil missão diplomática em Espanha. Esta norteou-se por objetivos políticos (restrição dos movimentos dos exilados monárquicos), por objetivos económicos (negociação do tratado de comércio, captação de investimentos internacionais) e pela realização de atividades culturais (exposição de arte hispano-portuguesa; ciclo de conferências sobre Portugal)<sup>167</sup>. No final de 1913, José Relvas demitiu-se da sua função diplomática, em virtude da impossibilidade de acumulação com o lugar de Senador. Essa decisão evidenciava as grandes divergências com a facção no poder<sup>168</sup>.

No entanto, manteve-se atento à política e à diplomacia. Em agosto de 1914, respondia a João Chagas: “[...] O momento gravíssimo, que ameaça a Europa, poderia ser habilmente aproveitado pela nossa diplomacia. (...) Nas suas grandes linhas, e plano de política internacional, que mereceu completa aprovação do Gabinete de Lisboa (Afonso Costa) em maio de 1913, consistia na entente com Espanha, que tinha de ser apoiada pela Inglaterra, acompanhando a preparação da entente Franco-espanhola, tendo uma e outra como resultado final a aliança dos países ocidentais [...]”<sup>169</sup>. Essa extensa carta, previa, desde logo, a dimensão europeia e, por certo, mundial do conflito, o qual implicaria

<sup>165</sup> Carta de José Relvas a Basílio Teles, Lisboa, 13/11/1910, (Biblioteca Pública Municipal do Porto, ML-P7A-n.º inv.959A).

<sup>166</sup> “Um requerimento ao Ministro das Finanças”, em *O Mundo*, Lisboa, ano IX, n.º 3731, 21/03/1911, p. 1.

<sup>167</sup> Vanessa Batista, “Uma Diplomacia Estratégica: José Relvas em Madrid (1911-1913)”, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (FLUL), 2016, pp. 40-89.

<sup>168</sup> Circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros enviada a José Relvas, s.d., AHCP, cx. 374, doc. n.º 89 e Vanessa Batista, *op. cit.*, pp. 108-109.

<sup>169</sup> “Carta de José Relvas a João Chagas”, Viseu, 2/Ago/1914 em *Correspondência literária e política de João Chagas*, Lisboa, 19157, vol. II, pp. 207-208.

o envolvimento português, no mínimo, na sua dimensão colonial. No cenário europeu, José Relvas advogou um entendimento com Espanha no sentido da manutenção da neutralidade e, se tal não fosse possível, defendia um estado de beligerância no campo aliado, negociado com a Inglaterra e com a França, de modo a constituir uma “frente da Europa ocidental”, entendida como baluarte das democracias. Neste período, como na generalidade da sociedade portuguesa, os seus negócios ressentiram-se uma vez que os principais mercados de exportação dos seus vinhos eram os países europeus em guerra.

Não encontramos evidência de fortes ligações pessoais entre José Relvas e Sidónio Pais. Existem duas cartas de Relvas ao então Presidente da República a pedir a apoio consular para contactar os seus sócios franceses no contexto da guerra<sup>170</sup>. Têm sido estudadas as ligações dos meios agrários como base de apoio do regime sidonista. Também parece ter sido esse o papel deste vinhateiro no contexto da Associação Central de Agricultura Portuguesa (ACAP). Mais tarde, já nos anos 20, o jornal conservador *A Gazeta* vai acusá-lo de ter recusado integrar o Governo de Sidónio<sup>171</sup>. Não existem, contudo, outras fontes atestando esse convite. Relvas foi dirigente da ACAP, neste período, continuando, como ao longo de toda a sua vida, a intervir publicamente sobre a política vinícola, defendendo a liberalização do mercado interno. Entre os seus vários correligionários dos meios agrários e republicanos, esteve envolvido com o movimento sidonista Tiago Sales, de Torres Vedras, com quem manteve estreita correspondência, a qual infelizmente não chegou toda até nós. Avançamos, com a suspeita de ter sido Sales a votar em José Relvas para a Presidência da República, no Congresso, dominado pelo Partido Nacionalista, depois da morte de Sidónio Pais.

O final de 1918 veio agudizar a crise portuguesa. A I Grande Guerra tinha acabado, mas não havia melhorias económicas visíveis e o assassinato do “Presidente-Rei” originou o caos político. O governo tinha dificuldade em controlar os militares e as revoltas sucediam-se. Os monárquicos de Paiva Couceiro entraram no Porto e proclamam a restauração do trono (começava a “Monarquia do Norte”), a 19 de janeiro de 1919<sup>172</sup>. Na véspera da demissão do último governo nacionalista de Tamagnini Barbosa, a situação era de tal forma incontrollável, ao ponto de o ministro dos EUA em Lisboa propor uma intervenção militar em Portugal, criando um protetorado<sup>173</sup>.

<sup>170</sup> “Carta de José Relvas a Sidónio Pais”, 6/05/1918, [Porto?]. Museu da Presidência – Arquivo Sidónio Pais, (PT-MPR-ASP-CX027-0010).

<sup>171</sup> “O sr. José Relvas e a crise vinícola” em *A Gazeta*, Lisboa, ano I, n.º 96, 23/07/1927, p. 1.

<sup>172</sup> Veja-se José Luciano Allegro, *Para a História da Monarquia do Norte*, Amadora: Bertrand, 1988.

<sup>173</sup> Fernando Brandão, *A I República Portuguesa – uma cronologia*, Lisboa: Livros Horizonte, 1981, p. 131.

**Quadro I – O governo de “concentração republicana” de José Relvas.<sup>174</sup>**

Nome	Pasta	Filiação partidária
José Mascarenhas Relvas (1858-1929)	Presidência e Interior	Independente
José Carlos da Maia (1878-1921)	Colónias	Independente (pró Sidonista)
António Maria de Freitas Soares (1877- ?)	Guerra	Independente
Francisco Manuel Costa Couceiro (1870-1925)	Justiça e cultos Negócios Estrangeiros (após 27/fev)	Evolucionista
Tito Augusto de Morais (1880-1963)	Marinha	Unionista
Jorge Vasconcelos Nunes (1878-1936)	Agricultura Abastecimentos ( depois 27/fev.)	Unionista
António Egas Moniz (1874-1955)	Negócios Estrangeiros (delegado na Conferência de Paz)	Nacionalista (Sidonista)
Manuel José Pinto Osório (1870-1963)	Comércio	Nacionalista (Sidonista)
João Henriques Pinheiro (?-?)	Abastecimentos	Nacionalista (Sidonista)
António Paiva Gomes (1878-1939)	Finanças	Democrático
Júlio Augusto de Patrocínio Martins (1878-1922)	Comércio (após 25/fev.)	Democrático
Domingos Leite Pereira (1882-1956)	Instrução Pública Colónias (após 21/Mar.)	Democrático
Augusto Dias da Silva (1887-1928)	Trabalho	Socialista

Neste contexto, o Presidente e Almirante Canto e Castro foi aconselhado a convidar o “cidadão José Relvas” para formar um governo de “concentração republicana”, reunindo todas as tendências partidárias<sup>175</sup>. O novo governo incluía os chamados “partidos constitucionais” (democráticos, evolucionistas e unionistas), bem como os nacionalistas (representando a herança de Sidónio Pais), os independentes e, pela primeira vez, os socialistas, (abertamente coletivistas e com simpatias pela Rússia soviética). Apresentamos um

<sup>174</sup> Adaptado de: “Governo de José Relvas (1919)” em Politicopedia de Adelino Matez, disponível em linha: <http://www.politipedia.pt/governo-de-jose-relvas-1919/>, José Relvas, *Memórias Políticas*, Lisboa: Terra Livre, 1977, vol. II e “Notas do Governo de 1919”, AHCP, cx.404.

<sup>175</sup> João de Canto e Castro deixou uma “memória” inédita do período em que serviu como Presidente: “Apontamentos para a história do meu país”, Museu da Presidência – Arquivo de Canto e Castro. (PT-MPR-ACC-CX001-0001 Memórias de Canto e Castro), 101 pp. ms.

quadro-síntese adaptado do trabalho de Adelino Maltez e das *Memórias Políticas* e das notas inéditas de José Relvas.

A comunicação de apresentação do Governo ao Congresso, lida por José Relvas, focou-se na necessidade de consolidar a unidade dos republicanos, assinalando a presença inédita dos socialistas no governo<sup>176</sup>. No entanto, em privado o chefe do executivo desconfiava do ministro socialista, em quem não reconhecia grandes competências, considerando-o demagogo, como, aliás, a muitos líderes radicais<sup>177</sup>. A prioridade do governo foi derrotar os monárquicos no Norte, procurando contribuir para alguma estabilidade contra o clima de guerra civil e de violência política. O “herói da rotunda”, Machado dos Santos previa em carta ao governo “quatro meses a quatro anos de guerra civil”<sup>178</sup>. No entanto, os combates terminaram a 14 de fevereiro, com a capitulação das forças monárquicas no Porto e em Lamego.

José Relvas, na Presidência do Governo, despachou sobre abolição da censura à imprensa, em fevereiro. Em entrevista ao diretor de *A Manhã*, Mayer Garção, o chefe do executivo considerou: “[...] A sua supressão está naturalmente indicada. Acho-a, inútil, prejudicial mesma. Manter a censura é indício de falsa liberdade. Censura fá-la-á o critério dos jornalistas [...]”<sup>179</sup>. Tudo indica que as orientações do governo tenham sido tomadas em conta pelos serviços públicos. Porém, não foi publicada nos diários de governo uma medida legislativa objetiva nesse sentido. Devido ao contexto de guerra, continuou a exercer-se censura sobre a correspondência postal e telegráfica, originando protestos vários<sup>180</sup>. A boa relação do chefe do Governo com a imprensa também foi alvo de críticas, posto que o clima de abertura poderia servir informações vitais aos revoltosos.

Grande parte da opinião pública e do próprio Governo reclamavam a dissolução parlamentar e novas eleições. Apesar de alguma renitência inicial, procurando que o parlamento se autodissolvesse, o Presidente do Ministério e o Presidente da República acabariam por dissolver o congresso a 21 de fevereiro. A situação gerou confrontações populares e, inclusivamente, um assalto ao Ministério do Interior. Os ministros sidonistas apresentaram a sua demissão ou foram demitidos no final do mês<sup>181</sup>. Ao mesmo tempo, vários sectores profissionais e populares exigiam o saneamento de funcionários

<sup>176</sup> José Relvas, (et al.) “Declaração Ministerial”, Lisboa, 3/fev./1919, AHCP, cx. 404.

<sup>177</sup> José Relvas, *Memória Políticas*, vol. II, pp. 86-87.

<sup>178</sup> “Carta de Machado Santos para José Relvas”, 28/01/1919, AHCP, cx. 405.

<sup>179</sup> “O Governo que entra – o que nos diz o sr. José Relvas” em *A Manhã*, Lisboa, ano II, n.º 663, 28/01/1919, p. 1.

<sup>180</sup> Alberto Arons de Carvalho, *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa: Seara Nova, 1973, pp. 30-31

<sup>181</sup> José Relvas, *Memórias Políticas*, vol. II, pp. 108-114.



públicos (civis e militares) comprometidos na revolta monárquica ou com o regime de Sidónio Pais. O governo promulgou a lei do saneamento e promoveu várias sindicâncias, salvaguardando a possibilidade de defesa do visado, sendo acusado de “tibiezas” contra os “inimigos da república”<sup>182</sup>.

No entanto, ainda que não “abrisse logo o jogo”, nos seus sucessivos contactos com os *media*, o grande objetivo de José Relvas era promover a reorganização do sistema partidário da República<sup>183</sup>. Muitos republicanos consideravam que um dos fracassos do regime fora a criação precoce de partidos políticos à margem do “velho PRP”, sem a necessária base de apoio e de consolidação programática<sup>184</sup>. Viam os novos partidos como agrupamentos personalistas, com um espírito sectário em torno dos chefes, sem clara noção dos princípios partilhados e, muitas vezes, com uma visão venal da administração pública.

José Relvas considerava ser necessário “fazer uma nova experiência e voltar a 1910”, para refundar a República nos termos em que os cidadãos reconhecessem os partidos ideologicamente. Para isso, propunha a criação de dois grandes blocos políticos. O “grupo democrático” mantinha-se ou reformulava-se como “o partido radical da República”, não estava aí o problema maior. Era necessário construir um “bloco de direita” ou um grande partido conservador, coeso e capaz de ganhar as eleições aos democráticos, logo nesse ano de 1919, para uma melhor consolidação do regime parlamentar. De facto, desde 1911, não tinha existido uma alternância no poder por via eleitoral. Todos os governos acabaram por se demitir devido à falta de solidariedade dos deputados ou foram destituídos por via militar, e os democráticos dominaram quase sempre a ação executiva e, mesmo, o poder legislativo.

Todavia, os dois principais partidos da direita tiveram reações dúbias ao projeto de reconfiguração partidária. Ainda que mostrassem concordância com ideia de “bloco conservador” e, sobretudo, com a necessidade de alternância no poder para afastar os democráticos, não conseguiram chegar a um entendimento. A direção dos evolucionistas aceitou a ideia de dissolução, se os outros partidos também o fizessem. Porém, em congresso os membros do partido recusaram a proposta. Assim, mediante o bloqueio de uns, todos os outros pretenderam manter as velhas estruturas. Aliás, mesmo os pequenos partidos recusaram o princípio da dissolução partidária, por motivos históricos e políticos. Instalou-se a crise no Governo com essa resposta dos evolucionistas. Não tendo apoio das forças conservadoras para o seu projeto político, o “chefe dos ministros” entendeu demitir-se a 27 de março de 1919.

---

<sup>182</sup> Vítor Neto, “José Relvas: um político republicano”, pp. 227-228.

<sup>183</sup> Carta de José Relvas aos Diretório dos Partidos, 14/03/1919, AHCP, cx. 404.

<sup>184</sup> Sobre este tema, veja-se Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas: o campo partidário republicano português: 1910-1926*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

Manteve-se ainda em funções o governo demissionário até à organização de um novo gabinete, no fim desse mês, na qual José Relvas também colaborou.

**Quadro 2 – Seleção dos principais diplomas aprovados por José Relvas enquanto Presidente do Ministério e Ministro do Interior<sup>185</sup>**

Autoria	Dia	Mês	Ano	Desenvolvimento	Publicação
Presidência do Ministério	5	02	1919	Autoriza o Governo a tomar todas as medidas de carácter militar e financeiro conducentes a debelar a actual insurreição monárquica.	Lei n.º 834 em <i>Diário do Governo</i> , I série, n.º 26, 7 de fevereiro de 1919.
Presidência do Ministério	24	02	1919	Na sequência de reclamações sobre a sua atuação, são dissolvidas as polícias de segurança e preventiva, sem prejuízo dos inquéritos em curso.	Decreto n.º 5171, em <i>Diário do Governo</i> , n.º 37, I série de 24 de fevereiro de 1919.
Presidência do Ministério	24	02	1919	Reintegração no serviço de militares afastados das funções e suspensão dos processos por motivos políticos a funcionários públicos, criação de comissões idóneas para avaliar reclamações e aferir dos demitidos por injusta causa. As comissões apresentaram ao Governo os indivíduos a reintegrar. Garante-se recurso para o Supremo Tribunal Administrativo das decisões do Governo. Salvaguardam-se da suspensão dos processos políticos os crimes contra a vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos.	Decreto n.º 5172, em <i>Diário do Governo</i> , n.º 37, I série de 24 de fevereiro de 1919.
Presidência do Ministério	01	03	1919	“Lei eleitoral”. Recoloca em vigor sem alterações substanciais as leis eleitorais de 1913 e 1915, das quais suprime o recurso para tribunais superiores de decisões de primeira instância. Adia as eleições para 4 de Maio por necessidade de recenseamento e reorganização nos serviços públicos.	Decreto n.º 5184 em <i>Diário do Governo</i> , I série, n.º 42 – suplemento, 1 de Março de 1919.
Presidência do Ministério	05	03	1919	“Lei de defesa da República”. Estabelece as infrações de carácter profissional e político às instituições, a forma dos processos de sindicância, bem como as penas a aplicar.	Decreto n.º 5203, <i>Diário do Governo</i> , I série, n.º 45, 6 de Março de 1919.
Ministério do Interior – 3.ª Repartição da DG da Contabilidade Pública	08	03	1919	Concedendo um subsídio para subsistência aos cidadãos que, por motivo da rebelião do Porto, tenham sido obrigados a refugiar-se nos distritos fiéis.	Decreto 5224, em <i>Diário do Governo</i> , I série, n.º 49, 11 de março de 1919.
Presidência do Ministério	15	03	1919	Replicação do decreto 5254 do Ministério da Justiça e dos Cultos. Autoriza o Governo a remodelar todos os Conselhos e Comissões permanentes do Estado em todos ministérios, para defesa da República através de leis orgânicas.	Decreto n.º 5254 em <i>Diário do Governo</i> , I série, número 56, 19 de Março de 1919.
Presidência do Ministério	19	03	1919	Em adenda ao decreto n.º 5203 de 5 de Março de 1919 autoriza o Ministério ou o organismo público a desatender às provas dos concursos para cargos públicos sempre candidatos que se tenham demonstrado adversos às instituições republicanas nos termos da lei anterior.	Decreto n.º 5268 em <i>Diário do Governo</i> , I série, número 57, 20 de Março de 1919
Ministério do Interior – Direção Geral da Segurança Pública	22	03	1919	Determina que os governos civis superintendam todos os serviços policiais da sua jurisdição com exceção da polícia de emigração.	Decreto n.º 5291 em <i>Diário do Governo</i> , I série, número 60, 24 de Março de 1919, p. 456.

<sup>185</sup> A partir dos *Diário do Governo* I e II série de janeiro a março de 1919. Modelo do quadro baseado em Maria Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, *Manuel Brito Camacho. Um intelectual republicano no Parlamento*, Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições, col. “Parlamento”, n.º 58, 2015.

De um ponto de vista legislativo, este governo foi bastante prolixo tendo em conta a sua duração. Procurou reorganizar a administração pública, mais na base da confiança política do que dos méritos profissionais e mandou publicar um estudo para a revisão do código administrativo. Manteve o novo relacionamento com a Igreja Católica, através reforma de Moura Pinto no que toca à lei de separação da Igreja e do Estado, garantindo-se facilidades nos cultos públicos e na gestão dos bens próprios. A integração dos socialistas no governo refletiu preocupações com a organização de um sistema público de assistência social, mas, ao mesmo tempo, a necessidade política de conter as ideologias radicais de esquerda, institucionalizando-as. Isso também se manifestou na apreensão de propaganda de teor bolchevique e anarquista<sup>186</sup>. Por fim, para além do projeto de reorganização partidária, Relvas procurou que todos os partidos aceitassem o “princípio da dissolução parlamentar”, em sede de reforma constitucional. Para ele, só esta medida evitaria novos golpes militares, quando os governos viam esgotada a sua capacidade de ação mediante um parlamento hostil<sup>187</sup>.

O político ribatejano continuou a considerar o seu projeto essencial para a sobrevivência do regime democrático, apesar de não o conseguir implementar. Entre 1919 e 1926, sucederam-se mais de 30 governos, alguns com a duração de poucos dias, e a instabilidade tornou-se uma “nova normalidade”. Alguns anos depois, em 1923, José Relvas falava ao *Diário de Lisboa*, no seu refúgio dos Patudos, expressando uma desencantada nostalgia com o regime ao qual consagrara todas energias e todas as esperanças: “*Eu não queria uma República aristocrática – expressões incompatíveis. Mas não era preciso uma República demagógica – termos que também não condizem! Infelizmente, a República não foi, e só raríssimas vezes parece querer sê-lo, a República que a Portugal convinha...*”<sup>188</sup>.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA:

### Arquivo Histórico da Casa dos Patudos (AHCP),

Fundo Família Relvas, Subfundo “José Mascarenhas Relvas”:

Documentação política - Governo de 1919 - PT/AHCP/FR/JMR/C-E/01/404 a 406 - Caixas: 404, 405 e 406.

<sup>186</sup> José Relvas, “Notas sobre assuntos tratados na Presidência e Ministério do Interior desde 26/janeiro/1919 a 29/03 de 1919”, AHCP, cx. 404, (PT/AHCP/FR/JMR/C-E/01/404).

<sup>187</sup> Carta do Presidente do Ministério, José Relvas, ao Diretório da União Republicana, Lisboa, 17/03/1919, rascunho duas folhas, carta uma folha, AHCP, cx. 404, (PT/AHCP/FR/JMR/C-E/01/404).

<sup>188</sup> “No Solar dos Patudos – José Relvas fala ao “Diário de Lisboa” na sua casa de Alpiarça, em *Diário de Lisboa*, ano 3, n.º 651, 22 de maio de 1923, p. 5.

### **Museu da Presidência**

Arquivo de Canto e Castro

João de Canto e Castro - “Apontamentos para a história do meu país” (PT-MPR-ACC-CX001-0001 Memórias de Canto e Castro), 101 pp. ms.

Arquivo Sidónio Pais

Carta de José Relvas a Sidónio Pais, 6/mai./1918, [Porto?]. (PT-MPR-ASP-CX027-0010).

### **Biblioteca Municipal do Porto**

Carta de José Relvas a Basílio Teles, Lisboa, 13/11/1910, (Biblioteca Pública Municipal do Porto, ML-P7A-n.º inv.959A).

### **Imprensa periódica consultada:**

*O Debate*, Santarém, 1907-1919.

*O Mundo*, Lisboa, 1911, 1919.

*O Século*, Lisboa, 1907-1919.

*A Manhã*, Lisboa, 1917-1919.

*A Gazeta*, Lisboa, 1927.

### **Legislação vária:**

*Diário do Governo*, I série, Lisboa: Imprensa Nacional, janeiro a março de 1919.

*Diário do Governo*, II série, Lisboa: Imprensa Nacional, janeiro a março de 1919.

### **Fontes Impressas:**

[AAVV], *Correspondência literária e política de João Chagas*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1957/58, 3 vols.

RELVAS, José, *Memórias Políticas*, prefácio João Medina, introdução e notas Carlos Ferrão, Lisboa: Terra Livre, 1977.

### **BIBLIOGRAFIA**

BATISTA Engrossa, Vanessa Sofia, “*Uma Diplomacia Estratégica: José Relvas em Madrid (1911-1913)*”, tese de mestrado apresentada à FLUL, Lisboa: FLUL, 2016.

BATISTA Engrossa, Vanessa Sofia, “O Governo de José Relvas: uma tentativa de equilíbrios, no pós guerra (janeiro 1919 a março 1919), em *A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações*, coordenação de Gaspar Martins Pereira (et. al.), Porto: CITCEM, 2015, pp. 57-66.

NETO, Vítor, “José Relvas um político republicano” em *Revista de História das Ideias*, Coimbra: FLUC, vol. 34. 2ª série (2016), pp. 213-238.

NORAS, José Raimundo, *Fotobiografia de José Relvas*, Leiria: Imagens e Letras, 2009.

PINTO, Carlos Manuel Tavares de Oliveira e RAMA, João Alexandre Valeiras da Costa – “No cinquentenário da morte do político: O Governo de José Relvas

e a restauração republicana de 1910” em *História*, Lisboa: “O Jornal”, n.º 12, outubro de 1979, pp. 44-58.

ARONS de CARVALHO, Alberto, *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa: Seara Nova, 1973.

LEAL, Ernesto Castro Leal, *Partidos e programas: o campo partidário republicano português: 1910-1926*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008.

PIRES, Ana Paula Pires e ROLLO, Maria Fernanda Rollo, Manuel Brito Camacho um intelectual republicano no Parlamento, Lisboa: Assembleia da República, Divisão de Edições, col. “Parlamento”, n.º 58, 2015.

### **Webografia**

MATEZ, Adelino, “Governo de José Relvas (1919)” em *Politicopedia* de Adelino Matez, disponível em linha: <http://www.politipedia.pt/governo-de-jose-relvas-1919/>, [Consultado a 1/10/2018].

### **Fontes orais:**

Entrevista com Nuno Prates (Conservador da Casa dos Patudos) conduzida por José Raimundo Noras, a 12 de fevereiro de 2018.